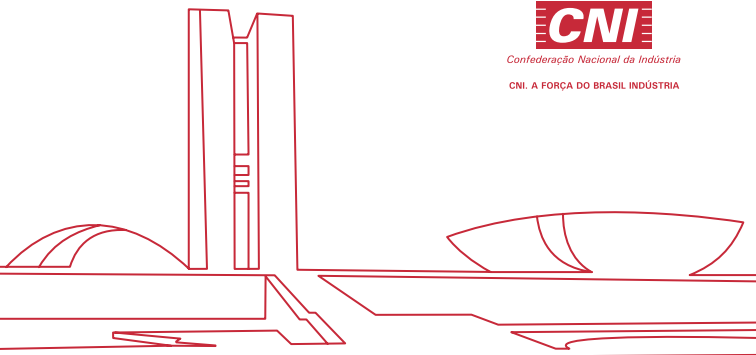




Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA



Pauta Mínima Edição de Bolso

Brasília, 2014



Sumário

APRESENTAÇÃO	5
LISTA DOS 14 PROJETOS DA PAUTA MÍNIMA	7
POSICIONAMENTO E SITUAÇÃO ATUAL DOS PROJETOS	9
AVANÇOS LEGISLATIVOS CONSTANTES DA PAUTA MÍNIMA DE ANOS ANTERIORES	23

Apresentação

A Pauta Mínima da *Agenda Legislativa da Indústria* reúne os projetos prioritários para o setor produtivo sob análise do Congresso Nacional. Algumas das propostas listadas merecem apoio da indústria por oferecerem ganhos para o ambiente de negócios e a competitividade da economia. Outras, ao preverem maior burocracia e custos e criarem obstáculos ao crescimento econômico, devem ser aprimoradas ou rejeitadas.

A Confederação Nacional da Indústria - CNI reconhece o papel estratégico do Senado Federal e da Câmara dos Deputados na construção de uma economia dinâmica e moderna para o Brasil. Grandes avanços foram feitos nesse sentido, mas a *Agenda Legislativa da Indústria* indica que ainda há muito a fazer.

Esta tem sido, há 19 anos, a contribuição da CNI no grande esforço por reformas estruturais e leis modernas que contribuam para a redução do "Custo Brasil". Nesse período, a indústria tem travado um diálogo aberto e transparente com o Congresso Nacional e dividido conquistas. Entre elas, o projeto que unificou alíquotas interestaduais sobre bens importados (2012) e a Nova Lei dos Portos (2013), para citar dois exemplos.

Em 2014, a Pauta Mínima elenca 14 propostas prioritárias, entre os 134 projetos listados nesta 19ª edição da *Agenda Legislativa da Indústria*. Entre os temas urgentes, 12 projetos oferecem avanços para o ambiente de negócios e merecem apoio da indústria. Os dois restantes trazem retrocessos.

O Brasil precisa de leis modernas para atrair investimentos e eliminar a insegurança jurídica que existe para as empresas. Com investimento, criam-se empregos, gera-se renda e o país se desenvolve. Essa não é uma agenda só da indústria. É uma agenda para o país.

Lista dos 14 Projetos da Pauta Mínima

FOCO E NÚMERO	POSICIONAMENTO DA CNI
Nova Lei de Licitações (PLS 559/2013)	Convergente com Ressalvas
Limitação à Substituição Tributária de MPÉs e Inclusão de Novas Categorias no SIMPLES (PLP 237/2012)	Convergente com Ressalvas
Desconsideração da Personalidade Jurídica (PL 3401/2008)	Convergente
Uniformização de normas sobre processo administrativo fiscal (PLS-C 222/2013)	Convergente
Normas para o licenciamento ambiental (PL 3729/2004)	Convergente com Ressalvas

FOCO E NÚMERO	POSICIONAMENTO DA CNI
Redução da jornada de trabalho (PEC 231/1995)	Divergente
Extinção do adicional de 10% do FGTS (PLP 51/2007)	Convergente
Terceirização (PL 4330/2004)	Convergente
Vedação à dispensa imotivada (MSC 59/2008)	Divergente
Novo Código de Mineração (PL 37/2011)	Convergente com Ressalvas
Marco Civil da Internet (PL 2126/2011)	Convergente com Ressalvas
Normas de tributação de lucros e dividendos de controladas e coligadas brasileiras no exterior (MPV 627/2013)	Convergente com Ressalvas
Crédito financeiro do IPI (PL 6530/2009)	Convergente
Prorrogação do Reintegra até 2016 (PL 6647/2013)	Convergente

Posicionamento e situação atual dos Projetos

REGULAMENTAÇÃO DA ECONOMIA

Nova Lei de Licitações

(**PLS 559/2013** da CT – Comissão de Modernização da Lei de Licitações e Contratos – Lei nº 8.666/1993)

CONVERGENTE COM RESSALVAS

Revoga a atual Lei de Licitação, do Pregão e do Regime Diferenciado de Contratação – RDC e cria regra única para licitação e contratos da Administração Pública.

POSIÇÃO: A demora nos processos licitatórios eleva custos e atrasa a realização de grandes investimentos no Brasil. Em média, são mais de três anos de espera desde a decisão inicial por um projeto e o início da obra. A unificação das modalidades de contratação (licitação, pregão, RDC) confere maior segurança jurídica às empresas participantes de certames. A proposta traz avanços ao estabelecer um sistema de procedimentos que pode assegurar processos mais céleres e dinâmicos e reduzir custos para o Poder Público.

ONDE ESTÁ? COM QUEM?

Senado Federal – Comissão de Serviços de Infraestrutura (aguarda parecer do relator, senador Francisco Dornelles - PP/RJ).

Limitação à Substituição Tributária de MPEs e Inclusão de Novas Categorias no SIMPLES

(PLP 237/2012, do deputado Pedro Eugênio - PT/PE)

CONVERGENTE COM RESSALVAS

Altera a Lei Geral das MPEs para limitar as hipóteses de substituição tributária de ICMS das micro e pequenas empresas e incluir novas categorias profissionais no Simples Nacional.

POSIÇÃO: A possibilidade atual de estados aplicarem, indistintamente, a substituição tributária às MPEs reduz sensivelmente benefícios trazidos pelo Simples Nacional. Também são medidas positivas: a inclusão de novas categorias no Simples Nacional; a redução da burocracia para abertura, registro, alteração e baixa das MPEs; e a permissão de acesso das MPEs a outros benefícios fiscais. Entretanto, o texto pode ser aprimorado para, por exemplo, incluir transição do Simples Nacional ao regime convencional de tributação e eliminar sublimites estaduais de enquadramento das MPEs.

ONDE ESTÁ? COM QUEM?

Câmara dos Deputados (apensado ao PLP 221/2012) – Plenário (aguarda inclusão na Ordem do Dia).

Desconsideração da Personalidade Jurídica

(PL 3401/2008, do deputado Bruno Araújo - PSDB/PE)

CONVERGENTE

Proíbe que seja decretada a desconsideração da personalidade por iniciativa exclusiva do juiz, permitindo que a empresa apresente sua defesa previamente a qualquer decisão. Limita os efeitos da desconsideração ao patrimônio daquele que praticar o ato de abuso da personalidade jurídica. Impossibilita a aplicação da desconsideração ante a mera inexistência ou insuficiência de patrimônio da pessoa jurídica.

POSIÇÃO: A proposta corrige aplicações equivocadas da teoria da desconsideração da personalidade, que acarretam prejuízos irreparáveis para as empresas. A falta de uma definição clara de quando e como os bens particulares dos sócios podem ser acionados em uma disputa comercial ou que envolva a administração pública, aliada à falta de garantia de defesa prévia, são grandes fontes de insegurança para os empresários.

ONDE ESTÁ? COM QUEM?

Câmara dos Deputados – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Danilo Forte - PMDB/CE, favorável ao projeto adotando o substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico).

QUESTÕES INSTITUCIONAIS

Uniformização de normas sobre processo administrativo fiscal

(PLS-C 222/2013, do senador Vital do Rêgo - PMDB/PB)

CONVERGENTE

Estabelece regras gerais para uniformizar, definir prazos e procedimentos para o trâmite de processo administrativo fiscal nas administrações tributárias da União, dos Estados e dos Municípios.

POSIÇÃO: Há atualmente grande distorção entre as diversas normas da União, Estados e Municípios, o que causa confusão a respeito de diferentes recursos à disposição, da duração de prazos e critérios para análise dos processos administrativos fiscais. Com uma lei federal para regular e unificar o processo administrativo fiscal, as empresas devem se beneficiar da redução de elevados custos com equipes jurídicas especializadas em cada ordenamento específico a cada unidade da Federação.

ONDE ESTÁ? COM QUEM?

Senado Federal – Comissão de Constituição e Justiça (aguarda parecer do relator, senador Francisco Dornelles - PP/RJ, às emendas de Plenário).

MEIO AMBIENTE

Normas para o licenciamento ambiental

(PL 3729/2004, do deputado Luciano Zica - PT/SP)

CONVERGENTE COM RESSALVAS

Disciplina o processo de licenciamento ambiental e estabelece as atribuições de União, Estados e Municípios. Regulamenta o Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EPIA) e define regras para concessão de Licença Prévia (LP), de Instalação (LI) e de Operação (LO).

POSIÇÃO: Não há atualmente norma única de licenciamento a ser aplicada por União, Estados e Municípios, fato que gera grande confusão sobre procedimentos e insegurança jurídica sobre a validade e abrangência das regulamentações do CONAMA. A proposta disciplina atribuições e responsabilidades de cada ente da Federação, o que deve conferir maior celeridade e eficiência aos processos de licenciamento. O projeto pode avançar, contudo, por exemplo, ao definir prazos máximos para cada etapa do licenciamento ambiental.

ONDE ESTÁ? COM QUEM?

Câmara dos Deputados – Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (aguarda designação de relator).

LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

Redução da jornada de trabalho

(PEC 231/1995, do deputado Inácio Arruda - PCdoB/CE)

DIVERGENTE

Reduz de 44 para 40 horas a jornada máxima semanal de trabalho e aumenta a remuneração da hora extra de 50% para 75% do valor da hora normal.

POSIÇÃO: A medida eleva os custos da folha de pagamento, podendo impactar de forma drástica as micro e pequenas empresas, especialmente. Atualmente, já existe a possibilidade de se reduzir a jornada de trabalho por meio de convenção coletiva, o que atende melhor aos interesses e particularidades de cada categoria profissional.

ONDE ESTÁ? COM QUEM?

Câmara dos Deputados – Plenário (aguarda inclusão na Ordem do Dia).

Extinção do adicional de 10% do FGTS

(PLP 51/2007, do deputado José Carlos Machado - DEM/SE)

CONVERGENTE

Revoga a Lei Complementar nº 110/2001, que instituiu contribuição social de 10% em casos de demissão sem justa causa para restabelecer o equilíbrio financeiro do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

POSIÇÃO: Criado em 2001 para evitar a falência do FGTS, o adicional de 10% do FGTS já cumpriu o objetivo original e sua extinção é questão de justiça fiscal. O FGTS pode prescindir dos recursos da contribuição, de acordo com a Caixa, gestora do fundo, desde fevereiro de 2012, quando os recursos deixaram de ser repassados ao fundo para compor o superávit primário. A manutenção desse tributo onera de forma indevida as empresas, que cumpriram sua parte no acordo firmado em 2001 para salvar o FGTS.

ONDE ESTÁ? COM QUEM?

Câmara dos Deputados – Comissão de Finanças e Tributação (aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Guilherme Campos - PSD/SP, favorável ao projeto nos termos do substitutivo da Comissão de Trabalho).

Terceirização

(PL 4330/2004, do deputado Sandro Mabel - PMDB/GO)

CONVERGENTE

Regulamenta o contrato de terceirização e estabelece dispositivos de proteção para garantir o equilíbrio nas relações entre empresa contratante, prestadora de serviço e trabalhador terceirizado.

POSIÇÃO: A ausência de regulamentação da terceirização causa insegurança jurídica para empresas e empregados. Esse contrato de trabalho é uma realidade mundial e a especialização de atividades gera oportunidades de emprego e renda. O substitutivo apresentado na CCJ da Câmara dos Deputados garante os direitos trabalhistas previstos na CLT aos terceirizados e prevê a responsabilidade subsidiária à empresa contratante em caso de a prestadora de serviço não cumprir com as obrigações trabalhistas. Também permite a terceirização de qualquer parcela da atividade da empresa.

ONDE ESTÁ? COM QUEM?

Câmara dos Deputados – Plenário (aguarda inclusão na Ordem do Dia).

Vedação à dispensa imotivada

(MSC 59/2008, do Poder Executivo)

DIVERGENTE

Propõe a adoção no Brasil da Convenção nº 158 da Organização Mundial do Trabalho (OIT), que estabelece, para casos de demissão sem justa causa, que a empresa comunique os motivos do desligamento.

POSIÇÃO: A Convenção nº 158 da OIT limita em três os motivos aceitáveis para demissões sem justa causa: dificuldades econômicas da empresa; mudanças tecnológicas; e inadequação do funcionário à função. Caso seja adotada, a norma criará enorme rigidez no mercado de trabalho, estimulando a informalidade e criando dificuldades às negociações coletivas. Se ratificar a norma, o Brasil ingressará num restrito universo de países (apenas 35), deixando a grande maioria que não a adotou (183 países).

ONDE ESTÁ? COM QUEM?

Câmara dos Deputados – Comissão de Constituição e Justiça (aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Ricardo Berzoini - PT/SP, pela constitucionalidade do projeto).

INFRAESTRUTURA

Novo Código de Mineração

(PL 37/2011, do deputado Weliton Prado - PT/MG)

CONVERGENTE COM RESSALVAS

Estabelece novo marco regulatório da atividade de mineração, definindo as atividades de lavra, pesquisa, desenvolvimento da mina, beneficiamento, comercialização dos minérios e fechamento da mina.

POSIÇÃO: A criação de um novo código para a atividade de mineração é necessária para desburocratizar as concessões de alvarás e autorizações de pesquisa e exploração mineral. Define ambiente regulatório com vistas a fomentar o desenvolvimento da mineração, com regras condizentes com os riscos econômicos da atividade. O texto pode ser aprimorado no tratamento a empresas participantes dos processos de concessão e na definição de base de cálculo da CFEM que não represente aumento da carga tributária.

ONDE ESTÁ? COM QUEM?

Câmara dos Deputados – Comissão Especial (aguarda parecer do relator, deputado Leonardo Quintão - PMDB/MG).

Marco Civil da Internet

(PL 2126/2011, do Poder Executivo)

CONVERGENTE COM RESSALVAS

Regulamenta o uso da internet no Brasil e define os direitos, deveres, princípios e garantias do usuário e de provedores de serviço.

POSIÇÃO: A proposta define o conjunto de direitos e deveres no ambiente de rede, considerando alguns dos fundamentos que regem o uso da internet e que permitam seu amplo desenvolvimento econômico e social. O texto também avança ao reconhecer a livre iniciativa e a livre concorrência como fundamentos essenciais, embora avanços sejam necessários. O dispositivo que prevê o tratamento isonômico para todos os pacotes de dados (neutralidade da rede) pode prejudicar o desenvolvimento de novas tecnologias e o consumidor, que não poderá optar por produtos compatíveis com seu padrão de consumo. Também não deve ser obrigatória a instalação de *datacenters* no Brasil pelos provedores de serviço: esta deve ser uma decisão estratégica de cada empresa.

ONDE ESTÁ? COM QUEM?

Câmara dos Deputados – Plenário (pronto para a Ordem do Dia).

SISTEMA TRIBUTÁRIO

Normas de tributação de lucros e dividendos de controladas e coligadas brasileiras no exterior

(MPV 627/2013, do Poder Executivo)

CONVERGENTE COM RESSALVAS

Revoga o Regime Tributário de Transição - RTT e propõe novo conjunto de regras para companhias fazerem as demonstrações contábeis, reconhecendo padrões internacionais de contabilidade e eliminando eventuais duplicidades de tributação. A Medida Provisória também trata da tributação de empresas brasileiras no exterior.

POSIÇÃO: Em relação à extinção do RTT, a Medida Provisória moderniza o arcabouço jurídico que disciplina a contabilidade das empresas, além de transformar em eletrônica a base sobre a qual incide o pagamento de tributos. A tributação de lucros e dividendos de controladas e coligadas brasileiras no exterior deve estimular a internacionalização das empresas nacionais, mantendo-se neutra, ou seja, que o lucro no exterior seja tributado em definitivo apenas pelo país de destino do investimento.

ONDE ESTÁ? COM QUEM?

Congresso Nacional – Comissão Mista (aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Eduardo Cunha - PMDB/RJ, favorável à Medida Provisória, na forma do Projeto de Lei de Conversão que apresenta).

Crédito financeiro do IPI

(PL 6530/2009, do senador Francisco Dornelles - PP/RJ)

CONVERGENTE

Determina que todo bem adquirido pela empresa, inclusive de uso e consumo, para emprego em sua atividade produtiva, e que tenha sido tributado por IPI, PIS e COFINS ensejará o crédito correspondente.

POSIÇÃO: A introdução do crédito financeiro no PIS, na COFINS e no IPI corrige uma das principais distorções do sistema tributário brasileiro. Substitui um complexo sistema que inclui a análise física por controle puramente contábil e evita a cumulatividade ao inserir o conceito de crédito financeiro. A proposta assegura o creditamento não apenas dos produtos efetivamente empregados para fins de saída tributada, mas também do ativo permanente e dos itens de uso e consumo, bem como a manutenção dos créditos relativos a etapas anteriores.

ONDE ESTÁ? COM QUEM?

Câmara dos Deputados – Comissão de Constituição e Justiça (aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Eduardo Cunha - PMDB/RJ, pela constitucionalidade do projeto).

Prorrogação do Reintegra até 2016

(PL 6647/2013, do deputado Jorge Côrte Real - PTB/PE)

CONVERGENTE

Prorroga, até 31 de dezembro de 2016, o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra).

POSIÇÃO: O Reintegra oferece correção do sistema tributário quanto à tributação de exportações, ao sanar o acúmulo de saldos credores de tributos, que não são compensados, incidentes sobre produtos vendidos ao exterior. A demora no ressarcimento em espécie dos saldos faz com que as empresas incorram em elevados custos financeiros e é fonte de grande oneração do produto nacional no exterior. O Reintegra é necessário por se tratar de medida de justiça fiscal.

ONDE ESTÁ? COM QUEM?

Câmara dos Deputados – Comissão de Desenvolvimento Econômico (aguarda parecer do relator, deputado Renato Molling - PP/RS).

Avanços Legislativos Constantes da Pauta Mínima de anos anteriores

- **Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas**

(Lei Complementar nº 128/2008)

Atualização do teto de enquadramento no Simples e inclusão de atividades econômicas no regime simplificado de tributação.

- **Lei do Gás** *(Lei nº 11.909/2009)*

Novo marco regulatório abriu setor para novos investimentos privados ao quebrar o monopólio da Petrobras no transporte e ao permitir a autoprodução do combustível.

- **Cadastro Positivo** *(Lei nº 12.414/2011)*

O registro dos consumidores que pagam suas contas em dia é um instrumento moderno que permite às empresas “premiar” os bons pagadores com juros menores e melhores condições de pagamento.

- **Nova Lei da Concorrência** *(Lei nº 12.529/2011)*

Considerado um dos principais avanços do “Super Cade”, o instrumento da análise prévia de fusões e aquisições trouxe agilidade para o sistema antitruste brasileiro. Em 2012, o tempo médio de análise de casos de concentração foi de 19 dias, ante 75 dias em 2011 (Cade).

- **Novo Código Florestal** (*Lei nº 12.651/2012*)

A adequação do Código Florestal às atuais práticas de gestão ambiental conferiu maior segurança jurídica a empreendimentos que envolvam exploração de recursos naturais renováveis e não-renováveis.

- **Uniformização de Alíquotas Interestaduais do ICMS sobre Produtos Importados** (*Resolução SF nº 13/2012*)

A fixação da alíquota uniforme de 4% para o ICMS nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados pôs termo à “guerra dos portos”, minimizando grave situação de desigualdade entre empresas nacionais e suas competidoras internacionais decorrentes da concessão de benefícios fiscais a produtos importados.

- **Ampliação do Limite para Tributação pelo Lucro Presumido** (*Lei nº 12.814/2013*)

A correção de valores efetuada por esta Lei deu a um grande número de empresas a possibilidade de simplificar a apuração dos tributos e reverter o aumento de tributação provocado pelo simples crescimento nominal das suas receitas.

- **Nova Lei dos Portos** (*Lei nº 12.815/2013*)

O novo marco regulatório conferiu maior eficiência ao sistema portuário brasileiro criando ambiente mais favorável à participação do setor privado nos portos brasileiros, tanto em termos de investimentos quanto na gestão da prestação dos serviços portuários.

ISBN 978-85-7957-083-4



9 788579 570834 >



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA